



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS
Grupo Parlamentar

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA	
Divisão de Apoio às Comissões	
CAM	
Nº Único	537312
Entrada/Saída nº	6
Data	20/11/2015

Exmo. Senhor

Presidente da Comissão de Agricultura e Mar

Deputado Capoulas Santos

Lisboa, 20 de novembro de 2015

Assunto: Audição de dirigentes nomeados pelo Ministério da Agricultura e do Mar, sobre a ocupação do edifício sede da Casa do Douro

O Despacho nº 5610/2015 do Ministério da Agricultura e do Mar designou a Federação Renovação do Douro “como associação de direito privado que sucede à associação pública da Casa do Douro”. Esta designação surgiu na sequência do “procedimento de seleção da associação de direito privado, de inscrição voluntária dos seus membros, que sucede à associação pública da Casa do Douro”, suportado pela Portaria n.º 268/2014, de 19 de dezembro. A este concurso apresentaram-se a Associação da Lavoura Duriense e a Federação Renovação do Douro.

Desde o início do processo concursal, que houve contestação e suspeitas sobre o decurso do mesmo. Esta situação determinou que houvesse mesmo um processo judicial sobre a contabilização de associados de cada uma das entidades concorrentes ao concurso. A decisão do tribunal deu razão à Associação da Lavoura Duriense, o que alterou radicalmente os pressupostos em que assentam a decisão de seleção da Federação Renovação do Douro como entidade sucessora.

Apesar de todas estas questões, a Federação Renovação do Douro, que foi designada para suceder à Casa do Douro, no património remanescente ao pagamento da dívida – pagamento esse que ainda não aconteceu –, na madrugada do passado dia 10 de

novembro, arrombando as portas, entrou na Casa do Douro acompanhada da administradora, nomeada pelo Despacho nº 11523/2015 do Secretário de Estado da Agricultura, exclusivamente “para proceder à regularização das dívidas da extinta Casa do Douro com a natureza de associação pública”. Também esteve presente nesse dia na Casa do Douro ocupada, o Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Norte.

Com esta situação verificamos que entidades nomeadas pelo Governo criaram as condições para que uma entidade privada entrasse nas instalações da Casa do Douro e tivesse acesso a toda a documentação e património - só em vinhos engarrafados estarão na sede da Casa do Douro cerca de 4 milhões de euros - de uma associação de direito público, que é património da lavoura duriense.

Assim, o Grupo Parlamentar do PCP requer a audição das entidades/pessoas a seguir mencionadas para prestarem esclarecimento sobre a sua intervenção na ocupação da sede da Casa do Douro:

- A administradora designada através do Despacho nº 11523/2015 do Secretário de Estado da Agricultura, para proceder à regularização das dívidas da extinta Casa do Douro com natureza de associação pública;
- O Diretor Regional de Agricultura e Pescas do Norte.

O Deputado,



(João Ramos)